

## **Aprendizagem Dialógica e Economia Solidária em Assentamento Rural: Mulheres Tecendo sua Autonomia**

**Pereira, Kelci Anne<sup>1</sup>, Churfem, Carolina Orquiza<sup>2</sup>, Bento, Paulo Eduardo Gomes<sup>3</sup>, Mello, Roseli Rodrigues de<sup>4</sup>, Oliveira, Andreliza César<sup>5</sup>**

<sup>1</sup>Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (Niase/UFSCar)

<sup>2</sup>Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (Niase/UFSCar)

<sup>3</sup>Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (Niase/UFSCar)

<sup>4</sup>Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (Niase/UFSCar)

<sup>5</sup>Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (Niase/UFSCar)

kelcipereira@gmail.com, carolinacherfem@yahoo.com.br,  
paulobento@dep.ufscar.br, roseli@ufscar.br, lliizza@yahoo.com.br

**Resumo.** *Este trabalho refere-se a um projeto de extensão universitária, desenvolvido pelo NIASE/UFSCar com um grupo de mulheres assentadas. Objetiva a autonomia feminina, por meio do respaldo ao trabalho autogestionário e solidário, bem como da criação de espaços culturais e educativos às questões de gênero e promoção do aumento da escolaridade feminina. O referencial teórico-metodológico é o da aprendizagem dialógica, baseada na dialogicidade de Freire e ação comunicativa de Habermas. Transformações e obstáculos dialetizam como resultados desse processo, evidenciando a possibilidade histórica e as dificuldades para superar desigualdades sociais e promover a reprodução ampliada da vida nos assentamentos.*

### **1. Introdução**

Este artigo refere-se a um projeto de extensão universitária desenvolvido pelo Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa da UFSCar (NIASE) com mulheres do assentamento Horto Aimorés (Bauru-Pederneiras/SP), desde março de 2009. Com o objetivo de apoio às mulheres para que elaborem sua própria autonomia, por meio da economia solidária de base autogestionária, bem como tendo em vista a situação histórica de exclusão das mulheres, o projeto se estabelece em três frentes de atuação, assumindo caráter multidisciplinar: volta-se à organização produtiva, especificamente ao fabrico e comercialização de pães e outros alimentos agroecológicos; ao aumento da escolaridade das mulheres e da qualificação profissional; à reflexão e atividades educativas para as questões de gênero.

A fim de refletirmos sobre a mencionada prática, iniciamos o artigo discutindo sobre a aprendizagem dialógica, concepção filosófica, teórica e metodológica do projeto, baseada nas elaborações sobre a dialogicidade de Freire (2005) e na ação comunicativa de Habermas (1987). Trata-se de um conceito vinculado a uma proposta de sociedade

igualitária e justa para todas e todos, o que, no artigo, é apresentado a partir de argumentação de natureza epistemológica, ontológica e metodológica, ou seja, segundo as concepções de realidade dual (sujeito e sistema), de sujeito capaz de diálogo intersubjetivo e de conhecimento como instrumento de ação no mundo.

A partir disso, passamos à refletir sobre o percurso histórico de exclusão social vivido pelas mulheres, compreendendo que a transformação nas suas vidas não se resolve ilhada das questões de raça e de classe, que vigoram na socialização de todas/os. Dialeticamente, da denuncia entretecida segundo esta compreensão, apresentam-se os elementos de anúncio, em que a economia solidária é reconhecida como possibilidade privilegiada para a autonomia feminina e reprodução ampliada da vida.

A partir da aprendizagem dialógica e deste panorama contextual às relações de gênero e economia solidária, discorreremos a apresentação mais detalhada do projeto de extensão do Niase com as assentadas do Horto Aimorés. Simultaneamente, serão constituídas as bases para a apresentação dos resultados e análises, sistematizada entre os elementos que se colocam como obstáculos ou como dificuldade/necessidade e os elementos transformadores para os objetivos do projeto, em cada um dos seus eixos.

## **2. A aprendizagem dialógica**

O conceito da aprendizagem dialógica foi desenvolvido pelo Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades – CREA, da Universidade de Barcelona, principalmente a partir da teoria da dialogicidade de Freire (2003, 2005) e da teoria da Ação comunicativa de Habermas (1987). Tal conceito diz respeito a uma maneira de conceber a aprendizagem, que entende:

- as pessoas como sujeitos constitutivos do e no diálogo intersubjetivo, além de atuantes no contexto social e, por isso, capazes de transformá-lo (dimensão ontológica);
- a realidade como manifestação objetiva e como uma construção social dual, portanto, fruto da ação dos sujeitos e dos sistemas que estes elaboram e que, ao mesmo tempo, condicionam a atuação dos sujeitos (dimensão epistemológica);
- o conhecimento como resultado da interpretação intersubjetiva da realidade e como instrumento para a transformação democrática da mesma (dimensão metodológica) [Gómez *et al* 2006].

A partir de tais concepções é que a aprendizagem dialógica sustenta-se em sete princípios, articulados [Flecha 1997], pelos quais é possível compreender o desenvolvimento do projeto realizado com o Grupo de Mulheres assentadas:

- Diálogo Igualitário: aponta para a apreciação das falas e argumentos de acordo com sua validade e não pela posição de poder que ocupa o falante. No caso do projeto em questão, a busca pelo diálogo igualitário requer que estudantes e acadêmicos revejam constantemente suas proposições teóricas, ao mesmo tempo em que as assentadas são impelidas a refletir sobre sua realidade, para nela intervir;
- Inteligência Cultural: reconhece que todas as pessoas possuem inteligência, não havendo culturas inferiores ou superiores. Pela valorização desta capacidade, gera-se confiança interativa e as pessoas podem aprender umas com as outras, solucionando criativamente os problemas. Assim, os conhecimentos das assentadas integram-se aos dos acadêmicos, no processo reflexivo e na construção de alternativas sustentáveis;

- Transformação: advinda do reconhecimento da capacidade de ensinar e aprender e pela assunção de que a mudança democrática do contexto produz êxitos de aprendizagem. É exemplo deste princípio mulheres assentadas que se vêem excluídas por esta identidade, ou por serem negras e analfabetas, e que superam gradativamente o sentimento de incapacidade, manifestado ao não participarem de determinadas atividades que julgavam impróprias;

- Dimensão Instrumental: princípio que salienta a necessidade de formação técnica articulada à política, da leitura do mundo com a leitura da palavra [Freire & Macedo 1990], como importante via de luta pela justiça social em nosso contexto. Nesta direção, justifica-se a capacitação produtiva e a escolarização de assentadas, inclusive como base para a autogestão de seu empreendimento;

- Solidariedade: evidencia que nossa capacidade e motivação para aprender se potencializa nas interações dialógicas, em coerência com as expectativas sociais. Pelo princípio da solidariedade, assentadas/os puderam se unir e conquistar a terra, porém, para transformá-la de terra de exploração à terra de trabalho, a solidariedade precisa ser conscientemente assumida e reafirmada, tal como têm feito ao se organizarem entre mulheres e no movimento da economia solidária;

- Criação de Sentido: consiste na recomposição da vida comunitária e na possibilidade dos sujeitos estabelecerem e realizarem os projetos que desejam, bem como de serem protagonistas da definição das aprendizagens importantes para seus contextos e sonhos. No caso do projeto aqui proposto, assentadas recuperam sentido ao poderem gerar renda a partir de práticas coletivas e agroecológicas, que aproveitam os recursos e saberes locais, bem como promovem a segurança alimentar;

- Igualdade de Diferenças: defende o respeito às diferenças identitárias atrelado à igualdade de direitos sociais e reconhece a diversidade de interações e pessoas como elemento ampliador do processo de aprender. Este princípio aponta para a urgência de busca de igualdade nas relações de gênero no assentamento, na tentativa de superar a ideologia do mando masculino e valorizar a diversidade.

Assim, a aprendizagem dialógica é coerente com a compreensão do desenvolvimento como libertação das relações sociais e dos meios materiais de opressão [Sen 2008; Freire 2005]. Sob tal perspectiva, e ao desenvolver ações e pesquisa no assentamento Terra Nossa/Horto Aimorés, é que o Niase pôde conhecer aquela realidade, compreender as necessidades apresentadas e propor este projeto de extensão aqui explicitado, com as mulheres assentadas, refletindo sobre sua realidade e buscando transformá-la.

### **3. Abordagem dialética e dialógica: compreendendo a complexidade do tema economia solidária e mulheres**

Compreende-se a exclusão feminina como fruto de práticas sociais históricas, baseadas na ideologia do mando e poder masculino, na qual se educam homens e mulheres. É, portanto, nos fundamentos sociológicos, e não biológicos, que encontramos explicação para os seguintes dados de exclusão enfrentados pelas mulheres: desvalorização do trabalho de mulheres, invisibilizado, especialmente sendo do âmbito doméstico, considerado ajuda e fragilizado, mesmo quando realizam atividades braçais; remuneração menor às mulheres identificadas ao desenvolverem as mesmas funções desempenhadas por homens;

necessidade de maior escolaridade para obterem os mesmos postos de trabalho ocupados por homens; negação histórica do acesso à educação escolar às mulheres pobres, principalmente, culminando em uma vida adulta sem o instrumental acadêmico (distintivo de “qualidade de pessoa” e de “cultura” em nossa sociedade); violência contra a mulher (física, psicológica, moral, patrimonial), revelada em alarmantes estatísticas.

Safiotti (2004) nos ajuda a entender que esta situação se agrava às mulheres negras e desprivilegiadas economicamente. Ao fazer esta proposição teórica, revela-nos que a desigualdade de gênero não pode ser abordada e resolvida alheia às questões de classe e raça; os interesses do capital reforçam e são reforçados por estes marcadores de diferença, na medida em que os transmuda em elementos de discriminação e depreciação de uma parcela substantiva da população.

Esta lógica também comporta o paradigma urbanocêntrico, como um elemento que respalda a exclusão por território de pertencimento, reforçando que a população rural, incluindo-se a mulher, se não se vale dos parâmetros tecnológicos, é aquela que “não sabe”, “é atrasada”, “ignorante”. Por outro lado, se utilizar-se da tecnologia em domínio à natureza, é responsabilizada pela destruição desta [Whitaker 2002].

Acrescentando um olhar renovado à problemática, Puigvert (2001) revela que a mesma lógica machista posta nas relações dominantes entre homens e mulheres, também define relações de exploração e competição entre as mulheres.

Diante de toda esta socialização opressora, muitas mulheres passam a vivenciar o que Mello (2005) chama de auto-proteção, ou seja, a incorporar o sentimento de incapacidade, afastando-se de âmbitos formativos, organizativos e de luta por proteção social. Desacreditadas em sua condição de agentes, mantêm-se em situação desprivilegiada na sociedade e no mundo o trabalho. A partir da evidência desta situação, fica estabelecida ao olhar do senso comum, uma confusão analítica própria da ideologia: o efeito vira causa. Reforça-se, então, com base na aparência, que tais comportamentos de auto-proteção resultam estritamente de uma escolha pessoal, justificando-se a situação discriminatória que enfrentam as mulheres.

A denúncia tecida até aqui explica uma parcela da realidade social, na medida em que não comporta o anúncio com relação à condição feminina. Historicamente nos deparamos com exemplos de mulheres que resistem à opressão e edificam relações de solidariedade entre si, assumindo sua condição de agentes e provocando transformações nas relações e também no sistema. A forte atuação das mulheres nos movimentos feministas (1), nos movimentos sociais de luta pela reforma agrária (2), economia solidária (3) e Educação de Jovens e Adultos (4) são exemplos da abordagem dialética e dialógica que intitula esta seção. Por meio desta, gradativamente obtêm conquistas, como, por exemplo: as lutas das mulheres pela defesa e ampliação de direitos, desde o voto, ao direito à educação e ao trabalho reconhecido, direito a ter ou não filhos, à sexualidade, à ocupação das mulheres nos espaços de poder, discussão atual e cada vez mais ampliada, reconhecimento da história de mulheres (1); o direito à titularidade da terra e a consolidação de paradigmas ecológicos de produção nos assentamentos rurais, atribuindo função social à propriedade privada e colaborado com segurança alimentar e ambiental da população assentada e do entorno (2); a geração de trabalho desalienado e renda, por meio de empreendimentos econômicos solidários, os quais passam a se autogerir e por meio dos quais superam a situação de desemprego e subemprego (3); o reconhecimento do direito a alfabetizar-se plenamente, aprendendo a ler a palavra para ampliar a leitura de mundo,

bem como o reconhecimento do direito a educar-se ao longo da vida, aprendendo todo e qualquer conteúdo que se coloque como importante para que obtenham maior igualdade no trânsito social nesta sociedade da informação, podendo conduzir a própria vida (4).

No Brasil atual, encontramos muitas mulheres como protagonistas de seus próprios trabalhos: 450.663 mulheres [SIES 2007] atuantes na economia solidária já contribuem para que esta se consolide como uma forma de fazer economia baseada na solidariedade, da produção e dos serviços à distribuição e ao consumo [Singer 2002]. Na medida em que a autogestão requerida pelos empreendimentos (cooperativas, associações etc.) exige destas mulheres a tomada de decisão e o domínio de instrumentais escolares e profissionais, estas voltam à estudar, ampliando seus círculos de interação e o grau de proteção social permitido pela escolarização. Por outro lado, melhoram suas possibilidades de aumento da auto-realização e de renda no empreendimento, chegando inclusive a funções que seriam consideradas de poder (Ex: presidência de cooperativas). Essa mudança de condição reflete imediatamente na autonomia destas mulheres e respeito nas famílias, junto às quais imprimem uma ruptura com dinâmicas de subserviências, desvalorização, chagando até mesmo à superação de violência e à constituição de referentes importante para que os filhos e filhas sigam sua escolaridade e profissionalização [Cherfem 2009].

A potencialidade de transformação que a economia solidária promove para mulheres assentadas amplia-se, uma vez que podem valer-se de toda a matéria prima que cultivam nos lotes para o processamento semi-industrial, por meio do qual agregam valor aos produtos alimentícios. Nesse sentido, a demanda por diversificação e por qualidade gastronômica e nutricional destes produtos interfere na relação com o meio ambiente, conduzindo à decisão pela agrobiodiversidade nos lotes e à preservação das áreas de reserva ambiental. Conseqüentemente, também se ampliam as oportunidades segurança alimentar e nutricional para as famílias.

Ressalta-se que este quadro, além de delineado pela coragem e sonho de mulheres, depende fortemente da atuação das políticas públicas e de agências de fomento, entre as quais se destaca o papel das universidades, via extensão universitária. É fundamental que a universidade, no cumprimento de sua função triádica, apóie as mulheres no processo de constituição de sua emancipação, disponibilizando para troca os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade e potentes na impressão de êxito social e econômico aos empreendimentos [Pereira 2009]. Conforme defende Singer (2005), considerando o contexto capitalista de que parte a economia solidária, este êxito depende de que a estas pessoas seja garantido o direito de vivenciar um processo educativo libertador, que uma formação instrumental à política, bem como a possibilidade de construção de habilidades comunicativas, além do direito de acesso à financiamentos públicos que respaldem suas iniciativas. Paralelamente, e se, por si só, o empreendimento solidário não garante a almejada igualdade de gênero, é preciso também o diálogo em torno das desigualdades deste âmbito, acima mencionadas.

Diante da argumentação tecida até aqui, apresentamos o respaldo científico e social para levar à cabo o presente projeto, desenhado em diálogo com as mulheres do assentamento Aimorés (Bauru/Pederneiras-SP). Assim, entende-se que ele representa uma resposta à suas demandas, a partir do aproveitamento das potencialidades existentes na comunidade a que pertencem.

#### **4. O projeto de extensão: processo, resultado e análises**

O assentamento Horto Aimorés, localiza-se entre os municípios de Bauru e Pederneiras/SP. Foi legalizado em 2007, após 3 anos de resistência (ocupação) de 341 famílias, que transformaram a terra de exploração (grilada) em terra de trabalho (lotes de 5 ou 7 hectares por pessoa ou família - Gleba I e II). A conquista da terra, no entanto, não inaugurou a conquista de outros direitos sociais, de modo que apenas agora (2009) conseguiram financiamento para moradias (em processo de autoconstrução) e o fomento para a produção. O atendimento à saúde e o acesso à educação, negados durante longos anos de acampamento, estão sendo paulatinamente superados pelas prefeituras locais, as quais, pressionadas politicamente, iniciaram a implantação de uma escola de ensino básico no assentamento. Com relação aos direitos de saneamento, e de trabalho e renda, seguem negligenciados, em maior medida no primeiro caso e em menor no segundo.

Neste quadro de diferentes exclusões e dificuldades, destaca-se a situação das mulheres. Não é difícil identificar no assentamento a existência da violência contra a mulher, a transmutação do trabalho feminino em ajuda, a depreciação das capacidades femininas de participar de organizações coletivas e tomar decisões.

Buscando contribuir com a superação desse contexto adverso à humanização de assentadas e assentados, em decorrência de uma articulação prévia do núcleo universitário com o assentamento, por meio de pesquisa científica<sup>1</sup>, um grupo de mulheres solicitou ao Niase uma atividade educativa às questões de gênero e da economia solidária, em comemoração ao dia 8 de março. A atividade correspondeu à oficina “Mulheres em Solidariedade: organização feminina em diferentes contextos”. Como consequência dela, 18 assentadas propuseram ao Núcleo que as apoiassem para efetivarem-se como um grupo de geração de trabalho e renda, específico para mulheres.

Seguindo esta demanda, o Niase passou a realizar encontros semanais com as assentadas, durante os quais leva à cabo o projeto de extensão “Economia solidária e aprendizagem dialógica: organização feminina em assentamento rural”. O projeto, como o próprio nome aponta, tem caráter de apoio comunicativo, reflexivo e intersubjetivo, sendo espaço para a difusão do conhecimento científico como instrumento de luta para as assentadas e, articuladamente, para a aprendizagem profissional dos estudantes que evolue [Mello 2008]. Além disso, tendo em vista que a equipe não possui todas as áreas de conhecimento que estão implicadas no propósito do projeto, faz parte do objetivo do mesmo a articulação de outros agentes de apoio às mulheres.

Conforme a aprendizagem dialógica [Flecha 1997], todas as ações do projeto são pensadas e executadas em diálogo igualitário com as mulheres. Foi assim que o Niase pôde, de um lado, aprofundar seu conhecimento da realidade de mulheres rurais, desvelando nuances das desigualdades que sofrem. De outro, pôde com elas definir e dimensionar os sonhos que pautariam a ação de extensão: promover a emancipação feminina, enquanto a ampliação das liberdades de trabalhar, alimentar-se com qualidade, educar-se e oferecer educação aos seus filhos/as, ter saúde, ser respeitada como mulher, enfim, tudo o que é necessário para a reprodução ampliada da vida no assentamento.

---

<sup>1</sup> Pereira, K.A. (2009) “Economia solidária e aprendizagem dialógica: práticas de participação e autogestão em assentamento rural e necessidade de outra EJA”, Dissertação de mestrado defendida junto ao CECH/UFSCar., São Carlos.

A partir da identificação dos sonhos, passou-se a eleição de prioridades, ficando em primeiro plano a questão da renda, via economia solidária (1), para atender às necessidades imediatas e objetivas de vida. Com esta definição, realizamos junto às mulheres uma sensibilização sobre este modo de fazer economia, evidenciando dois de seus principais desafios: a participação e a autogestão nas relações e na produção. Assim, o grupo pôde compreender que para viabilizar aquela prioridade, não poderia deixar de lado a formação escolar e profissional das mulheres (2). Logo, estes se estabeleceram como os dois principais eixos do trabalho, e definiu-se, por ser um grupo de mulheres, que o eixo transversal seria a educação às questões de gênero.

Nesta perspectiva, nos primeiros encontros, a equipe de extensão se dedicou a apoiá-las para a identificação de uma atividade produtiva viável economicamente: compatível com as condições e recursos materiais precários que possuíam, que aproveitasse as potencialidades das assentadas e os recursos naturais disponíveis no assentamento (ovos, leite, mandioca, ervas, etc), bem como que tivesse público consumidor. Foi assim que, entre diferentes atividades (produção de artesanato, sabão, costura, etc), optou-se pela produção de panificios diversificados, a serem comercializados seguindo a seguinte estratégia: venda sob encomenda, junto às/aos assentadas/os (não têm fácil acesso à padaria) e também por meio de encomendas de pessoas da cidade, feitas às mulheres que lá estudam ou fazem “bicos”. Outra estratégia adotada foi a venda direta à coletivos organizados. A qualidade nutricional foi, desde o princípio, uma prioridade do grupo. Definido isso, realizamos uma oficina de criatividade para decidir o nome do grupo, que passou a se chamar: Grupo de mulheres solidárias “Alimento e Vida”.

Então, passamos à apoiá-las para viabilizar uma estrutura produtiva mínima, conseguida com apoio de uma Igreja, por meio de ofícios redigidos coletivamente. O local de produção passou a ser uma casa coletiva do assentamento, a qual foi cedida às mulheres em regime de cessão de uso, em assembléia geral, e com anuência do Incra.

Paralelamente identificamos e acessamos oportunidades de participação em cursos de capacitação em panificação, junto à sindicatos e prefeituras. Assim, e observando o que não era ofertado no mercado, bem como as preferências das/os consumidores (pergunta direta pelas vendedoras), o grupo de mulheres pôde definir uma variedade de pães ofertados, tais como: ervas, temperos, inhame com alho, mandioca, integral e rosca de goiabada.

Conforme a produção e escoamento foram se viabilizando e as dificuldades relacionais e produtivas foram aparecendo em maior escala, ficou evidente a necessidade de avaliar o processo para melhorá-lo. Neste exercício, e sempre tendo em vista os princípios da economia solidária e aprendizagem dialógica, apoiamos o grupo para a elaboração de acordos escritos de participação, conciliando com outras diferentes tarefas que as mulheres historicamente assumem e refletindo sobre este papel, bem como para obter aprendizagens relacionadas à administração da produção, viabilizando oficinas temáticas com apoio de uma estudante voluntária de outra universidade e desta área do conhecimento. Além disso, a partir de um instrumento de gestão pelo qual desenhamos o fluxograma da cadeia produtiva do pão, estabelecemos a divisão de tarefas por equipes (venda/encomendas, conferência de estoque/compras de insumos, limpeza, produção dos pães, administração).

Contudo, ao debatermos a rotatividade nas funções, apresentou-se como obstáculo a falta de escolarização básica de algumas mulheres, o que levou-nos a buscar articulações

com o poder público local, para a implementação de sala de EJA no assentamento, porém, de modo mais compatível com as características e necessidades da vida adulta<sup>2</sup>. Esta articulação seguiu-se como tensão: o descaso histórico que a EJA sofre nos diferentes âmbitos da administração pública (vide incompatibilidade do programa Brasil Alfabetizado com a realidade de assentamentos) é lentamente superado pela pressão dos movimentos sociais por efetivação deste direito humano. Às mulheres que já estavam cursando o ensino médio e em fase de conclusão, o grupo deliberou parte de seus rendimentos para investir na matrícula em vestibulinhos para escolas técnicas relacionadas à área. Os universitários apóiam as assentadas nesta preparação.

Diante da complexificação do projeto, novas dificuldades/necessidades foram surgindo e, com elas, buscas comunicativas por soluções tiveram que se avultar. Abaixo apresentamos algumas desta relação:

- Necessidade de formação nas diversas áreas do conhecimento implicadas no projeto de extensão; dificuldades orçamentárias do Niase para deslocar sua equipe frequentemente de São Carlos à Bauru e a restrição de sua composição disciplinar. Em contraponto a concursos regulados por editais para obter financiamento e articulamos uma universidade local, a Universidade do Sagrado Coração (Bauru), para o respaldo à proposta das mulheres, ofertando oportunidades formativas em gastronomia, nutrição, designer, administração e arquitetura (para adaptar a casa em cozinha semi-industrial).

- Diante da necessidade de melhoria da infra-estrutura produtiva, bem como de aumento da capacidade de geração de renda do empreendimento, além da dificuldade de apoio dos órgãos competentes, buscou-se aumentar a interlocução com o Incra, pesquisando suas linhas de financiamento – uma linha de fomento à organização produtiva coletiva de mulheres está em liberação. Buscou-se também conhecer as formas de pressão política via participação em conselhos municipais de assistência social e educação;

- Por diferentes motivos, entre eles a falta de apoio dos maridos, algumas mulheres deixaram o grupo Alimento e Vida. Frente a este esvaziamento do grupo, as mulheres do “Alimento e vida” deliberaram pela expansão gradativa e comunicativa (quem entrar deve partilhar do modo de trabalho e dos acordos de participação e não pode querer beneficiar-se do dinheiro vindo pelo Incra para ações pessoais). Também têm se inserido fortemente no movimento da economia solidária, formando-se em seus princípios e possibilidades para difundirem este conhecimento junto às companheiras, incluindo-se em feiras, como espaços de aprendizagem e comercialização. Paralelamente, o grupo escolheu realizar “Grupos de Mulheres<sup>3</sup>”, no sentido de fortalecerem os laços de solidariedade para prevenção da violência de gênero em toda e qualquer forma.

- a ideologia machista de poder, exercida por alguns dos militantes homens assentados na tentativa de desarticular o grupo de mulheres, constitui-se em outro obstáculo ao grupo Alimento e Vida. A transposição do mesmo é buscada na medida em que os conhecimentos políticos das mulheres, advindos da luta pela terra e vida pregressa, são claramente

---

<sup>2</sup> Para melhor compreensão desta discussão, indicamos o artigo: Franzi J. et AL (2009) “Aprendizagem Dialógica na Educação de Pessoas Adultas: denúncias e anúncios para a superação de obstáculos e busca para o desenvolvimento humano”, Artigo aceito para publicação Em: Revista Educação Teoria e Prática, UNESP., Rio Claro.

<sup>3</sup> Ao falarmos em Grupo de Mulheres referimo-nos ao grupo educativo organizado para reflexão das questões de gênero e de temas exclusivos da vida feminina, elencados como importantes para as mulheres naquele contexto. Os chamados grupos de mulheres também seguem as bases da aprendizagem dialógica e buscam o diálogo entre mulheres, em solidariedade, a fim de ampliar as suas possibilidades de escolha, de conquista de direitos e de atuação no mundo, diante de uma realidade histórica de desigualdades.

valorizados nas interlocuções do projeto e se somam aos conhecimentos políticos adquiridos nos outros âmbitos do mesmo. Esta dimensão intersubjetiva de educação entre mulheres, é reforçada por meio da criação de mecanismos de transparência e confiabilidade, edificados via documentação rigorosa das ações do grupo, bem como da coletivização do andamento do trabalho nas instâncias democráticas do assentamento (assembléia geral).

Todo o avultamento da face transformadora presente nesta relação dialética e dialógica só é possível na medida em que o referencial adotado para a condução do projeto não nos deixa esquecer que ele se dá em uma sociedade que está desigual e antidialógica, mas não o é assim. A realidade, como construção de homens e mulheres que estão sendo no mundo e com os outros, pode ser transformada e humanizada na medida em que nos eduquemos dialogicamente para tanto. Assim, como diálogo é práxis, não basta saber que estamos condicionados e não determinados, é preciso criar mecanismos concretos para superar aqueles condicionamentos, mas também que cada pessoa possa eticamente escolher testemunhar, com sua própria ação no mundo, esta mudança. No caso do projeto, e conforme propõe a aprendizagem dialógica, este giro dialógico ganha corpo na medida em que a própria condução das interações é deliberadamente pensada para provocar o exercício da escuta, da fala e do silêncio reflexivo. Assim, os encontros são sempre moderados por uma pessoa que ajuda a compor a pauta, relembra o grupo da importância do registro da ata, e realiza a organização das falas, priorizando quem menos falou e, como critério de desempate, aquela pessoa que sofre mais exclusão socialmente (baixa escolaridade, velhice, território de origem desvalorizado). É importante indicar que o papel de moderação e de registro em ata, inicialmente ocupado pelas/os universitárias/os, foi proposto e aceito pelas assentadas, como prática gestora importante à organização do diálogo no grupo. Cabe ressaltar que esta transição caracterizou-se como processo educativo, em que partimos dos conhecimentos prévios das assentadas em diferentes experiências (trabalho como secretária, organização do movimento social, práticas religiosas, etc). De modo conciliatório, a universidade disponibiliza seus conhecimentos para intercâmbio, instrumentalizando o grupo para ampliar sua rede de apoio e conquistar melhoras objetivas nas condições de vida e trabalho que possuem.

## **5. Considerações finais**

O presente artigo apresentou os obstáculos e os elementos transformadores particulares ao projeto de extensão desenvolvido pelo Niase, com o Grupo de Mulheres “Alimento e Vida”, mas que são também elementos que cercam a problemática da extensão universitária junto à grupo de mulheres que buscam ampliação de suas liberdades e a reprodução ampliada da vida.

Por meio das argumentações tecidas, buscamos evidenciar que a educação, pautada na aprendizagem dialógica, se não pode por si só superar as ideologias capitalistas e machistas que colocam em desvantagem social diferentes mulheres, especialmente as rurais, é potente no encorajamento das mulheres e na sua instrumentalização para que lutem por seus sonhos e objetivos.

Observa-se que o âmbito coletivo do mundo da vida se apresenta como contexto privilegiado para a transformação no sentido da humanização de homens e mulheres. Somado a isto, considerando-se o aspecto do trabalho autogestionário, apresentado como característica compatível com o direito ao trabalho como poiésis (criação), ao invés do

trabalho como tripalium (máquina de tortura), coloca as mulheres em papéis historicamente negados, como o de gestoras e responsáveis por decisões. Dessa forma, este processo de emancipação, solidário, contribui para a criação de sentido, avultamento da inteligência cultural das mulheres e produção da igualdade de diferenças. Promovendo, assim, transformações nas relações pessoais e do entorno.

É evidente ainda que instituições sistêmicas são essenciais para a condução da transformação social, seja apoiando com políticas públicas adequadas, na área dos financiamentos, da Educação de Jovens e Adultos, por exemplo, ou seja difundindo conhecimentos importantes para a autonomia pessoal e coletiva nesta sociedade da informação. Nessa direção, a extensão universitária enquanto comunicação, responsável pelo último papel, beneficia não apenas os coletivos em situação de marginalização, mas também promove a formação crítica dos estudantes e dá base para que as pesquisas sejam realizadas com maior comprometimento em relação ao real. De modo cíclico, como estas são as bases das políticas públicas, podem ainda configurar situações mais adequadas à transformação igualitária da sociedade em que vivemos todas e todos.

## Referências

- Cherfem, C. O. (2009) “Mulheres marceneiras e autogestão na economia solidária: aspectos transformadores e obstáculos a serem transpostos na incubação em assentamento rural”, Dissertação de mestrado defendida junto ao CECH/UFSCar., São Carlos.
- Flecha, R. (1997) “Compartiendo Palabras: el aprendizaje de las personas adultas a través del diálogo”, Paidós., Barcelona.
- Franzi J. et AL (2009) “Aprendizagem Dialógica na Educação de Pessoas Adultas: denúncias e anúncios para a superação de obstáculos e busca para o desenvolvimento humano”, Artigo aceito para publicação Em: Revista Educação Teoria e Prática, UNESP., Rio Claro.
- Freire, P. (2003) “À Sombra desta Mangueira”, Olho d’Água., São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (2005) “Pedagogia do Oprimido”, Paz e Terra., Rio de Janeiro.
- Freire, P & Macedo, D. (1990) “Alfabetização – leitura do mundo leitura da palavra”, Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Gómez et al. (2006) “Metodologia Comunicativa Crítica”, ElRoure Editorial., Barcelona.
- Habermas, J. (1987) “Teoria de la Acción Comunicativa”. Racionalidad de la acción y racionalización social, Taurus., Madrid. Vol 1.
- Mello R. R. de. (2003) “Aprender a ler e a escrever: sonho e coragem de mulheres”, II Encontro sobre Prática de Leitura, Gênero e Exclusão., Campinas.
- \_\_\_\_\_. (2005) “Aprendizagem dialógica: base para a alfabetização e para a participação”, Cadernos de Extensão UFRR., Boa Vista.
- Pereira, K.A. (2009) “Economia solidária e aprendizagem dialógica: práticas de participação e autogestão em assentamento rural e necessidade de outra EJA”, Dissertação de mestrado defendida junto ao CECH/UFSCar., São Carlos.
- Puigvert, L. (2001) “Las otras mujeres”, El Roure., Barcelona.
- Safiotti, H. I. B. (2004) “Gênero, Patriarcado, Violência”, Editora Fundação Perseu Abramo., São Paulo.
- Sen, A. (2008) “Desenvolvimento como liberdade”, Companhia das Letras., São Paulo.

PBL 2010 Congresso Internacional. São Paulo, Brasil, 8-12 de fevereiro de 2010.

Singer, P. (2005) “A Economia Solidária como ato Pedagógico”, Em: Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos. Sonia M. Portella Kruppa (org), Inep., Brasília. p. 13- 20.

\_\_\_\_\_. (2002) “Introdução a Economia Solidária”, Fundação Perseu Abramo., São Paulo.

SIES (2007) “Sistema de Informação em Economia Solidária”, Em: [WWW.mte.gov.br/sistemas/atlases/](http://WWW.mte.gov.br/sistemas/atlases/)

Whitaker, D. A. (2002) “Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes”. Letras a margem., São Paulo.